

NOTURNO EM VISTA ALEGRE

VINÍCIUS FERREIRA



Rio de Janeiro, 2023

Noturno

Os que nascem de noite
e, entre ossos, vigiam
o fogo
os que olham os astros
e, oprimidos, respiram
em cavernas

os que vão viver apesar
da escuridão e nos olhos
a luz clandestina
acendem

os que não sonham, os que nascem
de noite
não vieram brincar: seu peito
guarda uma só palavra.

Orides Fontela

Existem erros monstruosos demais para o remorso...

Edwin Arlington Robinson

1º de janeiro – quarta-feira – à tarde

O psiquiatra da polícia, doutor Luís Fernando, recomendou para anotar tudo o que acontece comigo. Estava afastado do trabalho faz bastante tempo e não acredito que escrever vai me ajudar a apagar o que aconteceu. Muito pelo contrário. Mas, deve ser uma maneira de achar um eixo, mais ou menos seguro, sobre o qual eu possa retomar a minha rotina como investigador.

Sinto como se estivesse preso numa gaveta escura e mofada, cheia de roupa suja, esperando ânimo para lavar. Mexer com lembranças no primeiro dia do ano-novo faz ele parecer mais uma data velha. Foi só eu comprar alguns cadernos, umas canetas e reservar uma mesa no canto do quarto, para um antigo sonho passar a me perseguir.

Estou numa casa feita de pau a pique e paredes de barro, que está sendo costurada pelo lado de fora. Isso mesmo: alguém costura a casa. Escuto o zunido da máquina de costura, mas não posso ver quem tange a pran-

cha gretada, acionando o círculo de metal por onde a linha escorre. A agulha atravessa o piso da cozinha e abre uma grande fissura espaiada. Um espectro surge na janela aberta. Traz uma lua crescente no lugar da cabeça. Saio da casa, atravessando uma ponte, que balança, treme, enquanto a noite me envolve. Não sinto meus pés, os beirais me escorregam das mãos. Lâmpadas acendem, ao longe, como estrelas no meio dos galhos retorcidos. A água do rio, impregnando o barro mole com o cheiro azedo do capim, bate nos meus tornozelos. Então o espectro reaparece, plantado na minha frente. É um homem. Rasgo de cicatriz na testa, rosto duro, a barba densa e violenta. Reparo na sua camisa, dobrada na altura dos cotovelos. Cotovelos infantis. Um homem com cotovelos de criança. Quero gritar. Não consigo me mexer. Então acordo.

Tanto tempo fora de atividade tem o peso de uma condenação. Quatro anos. Mesmo assim, nas chefias, entre os superiores, ninguém pareceu muito incomodado com a minha ausência. Só quando as mudanças no comando da Regional trouxeram um novo delegado para Cataguases que a Secretaria de Segurança Pública desandou a perturbar. Tantos pedidos de laudos, assinaturas, papéis, a burocracia de praxe. Não restou alternativa para a polícia senão a de recomendar minha reintegração, com a ressalva de me deixar acompanhar de perto pelo psiquiatra.

– Reconhece o homem do sonho, Félix? – ele me pergunta toda vez.

– Não – minto sempre.

Se eu escrevesse um diário, contando minhas impres-

sões sobre o que me ocorre, talvez até pudesse reconhecer o homem do sonho. Um diário facilitaria organizar minhas ideias, a retomar a lógica dos raciocínios. São essas as justificativas do doutor Luís Fernando, garantindo que, sob hipótese alguma, vai ler o que eu escrevo.

Não posso falar que aquele rosto é o rosto do meu filho. Como seria confessar que o vejo adulto num sonho repetido, os olhos dele parecendo com os da Érica quando ela decidiu sair de casa? Como posso revelar que tento fugir do meu próprio filho nos sonhos, que tento afastá-lo dando chutes no ar? Não posso contar do alívio, quando confirmo que as janelas não são de tábuas secas e que estão bem fechadas. E nenhuma máquina de costura está por perto, nenhum homem com uma lua crescente no lugar da cabeça. Fujo do meu próprio filho, do adulto que ele nunca vai ser. Fujo dos olhos da Érica. Dos olhos que não conseguem mais olhar para mim sem enxergar os olhos do meu filho.

São cadáveres atados nos fios dos pensamentos. A Érica, um cadáver vivo, andando por aí numa casa qualquer, numa rua perdida de alguma cidade. O cadáver de um morto me visita. Posso sentir a respiração de ambos, irmanadas, os seus hálitos mornarem a ponta do meu nariz. Posso tocar na aspereza seca das peles opacas, ouvir as vozes, exigindo de mim essa fidelidade de desassossegado.

3 de janeiro – sexta-feira, pela manhã

Fiquei instável, mas tenho melhorado, respondi ao clínico da polícia. Ele anotou. Vou enviar os resultados para o Luís Fernando ainda hoje, falou sem olhar para mim. Não que eu não fosse instável antes, pensei. Você deve recomeçar já amanhã, disse enquanto tomava minha pressão. O caso é o porte de arma. Não posso apresentar sinais visíveis de instabilidade. Tome um comprimido desses aqui, depois do jantar ou antes de dormir, se você preferir, ajuda a relaxar. Não posso representar perigo para mim mesmo e muito menos para os outros. Pronto, terminamos por hoje, Félix. Você está muito bem, saúde em dia. Bateu no meu ombro. O controle é um limite. Um limite mantido embaixo da força das aparências.

3 de janeiro – sexta-feira – antes de dormir

Escrever é traiçoeiro. Gosto mais de ler. Escrever não me distrai e parece querer fazer o tempo voltar. O tempo só se interessa por crimes de furto. Essas lembranças todas, marcadas no ferro da experiência, servem para quê? O tempo não vai trazer o meu filho de volta. Não vai. Não vai fazer a Érica esquecer o que eu fiz. O tempo é um bêbado. Só um bêbado, cambaleando por becos

escuros, tropeçando em tudo quanto é porcaria impres-
tável. Melhor mesmo é o tempo não voltar. Melhor que
o tempo jamais volte. A não ser se a gente pudesse mu-
dar o que passou. Ou esquecer.

4 de janeiro – sábado, pela manhã

Cheguei na delegacia debaixo de uma chuva pesada. Quase não dava para ver a placa de contramão, me obrigando ao retorno pela transversal. Mudaram o acesso porque a polícia comprou o terreno alugado para vistorias. E, no lugar do portão, construiu um muro alto. O lugar ficou com jeito de shopping.

Escutei no rádio do carro a previsão de enchente para os próximos dias. O nível do Rio Pomba ia subir pelo menos mais quatro metros até o final da semana. Nada de muito diferente dos anos passados. Tem sido assim faz algum tempo, o rio chegando nas casas, nos prédios. O único dado novo são as chuvas durarem bem mais. Desde o final do ano passado, quando a cidade ficou submersa quase por completo nas águas barrentas do Pomba, as chuvas não deram um só dia de trégua.

Não me lembrava da última vez que eu estacionara na garagem da delegacia. A reforma levou a outra rampa de entrada para uma lateral subterrânea. A maior parte dos policiais sempre preferiu parar no pátio, junto dos carros apreendidos. Os antigos pilares de concreto desa-

fiavam bastante a habilidade das manobras.

Uma vez, por causa desses pilares, arranhei o Subaru azul-metálico de um colega, enquanto eu manobrava para sair. Era um dia de muita chuva também, de terra molhada. O colega teve problemas com a documentação para acionar o seguro e me propôs um acordo. Não aceitei. O trato incluía um repasse de dinheiro a um negociante conhecido nosso, cujo tamanho da ficha policial ultrapassava em volume os ociosos catálogos telefônicos. O colega nunca me perdoou o duplo arranhão, embora eu desconfie que ele tenha sentido mais pelo carro do que pela reputação. Paciência. Há um curioso ditado na polícia: “Melhor a inimizade do que o mau acordo”. Pouca gente leva a sério. Alegam ser desproporcional a comparação entre inimizade e acordo. Só demonstram desconhecer os limites e operações que separam o crime das leis que definem o que é crime. Bastaria reparar a procedência dos carros entre os policiais que gostam dirigir para constatar com facilidade a relação entre inimizades e maus acordos.

Subi até a entrada. O tapete em que eu costumava limpar os sapatos não estava atrás da porta de vidro, quando a empurrei. Tinham colocado um tipo macio de tecido sintético, felpudo. Também a porta tinha sido trocada por uma bem maior. Agora eram três folhas, jateadas de cima a baixo, com um imenso distintivo da polícia estampado. Que moderno, pensei quase em voz alta.

Em outros tempos, nas manhãs do sábado, o pessoal do plantão já estaria reunido na portaria, preparando para ir embora. Sempre bom topar com eles e dividir as novas das sextas à noite. Mesmo aquelas terminadas

nos aborrecidos registros. O pessoal do plantão sabia colocar espetáculo nas ocorrências, fazendo parecer tensa até aquelas encerradas na fase das ameaças. A larga imaginação deles tornava as histórias imperdíveis para quem chegasse cedo.

Embora não houvesse ninguém na recepção, ao atravessar uma faixa de frisos amarelados, fui registrado por uma câmera colocada bem na frente do meu rosto. A lente deve ter acionado algum dispositivo, porque não demorou para aparecer um rapaz, numa camisa de malha muito justa, deixando à vista um par de braços reveladores de dedicação sacerdotal a horas e horas em academias de ginástica. Com um tablet numa das mãos e uma banana descascada pela metade na outra, fez um sinal com a cabeça, indicando para eu esperar. Mostrei o distintivo, varei pelo corredor e fui atravessando pelo vão das divisórias. Dava para ver a fileira das salas envidraçadas, parecendo mais um comprido correr de aquários.

Poucos desviaram o olhar das suas mesas para reparar nos meus dez quilos a menos. Meu cabelo crespo cortado rente, deixando a minha insinuante calvície cada vez mais à mostra.

Envelheci. Envileci, talvez seja melhor dizer, embora meu aspecto atual diga muito pouco àqueles tipos. A não ser pelo endereço, também aquele lugar em quase nada lembrava o meu antigo local de trabalho. A delegacia contava agora três andares e uma cobertura.

Exibi de novo o distintivo. Outro rapaz, com o mesmo estilo de camisa de malha, me indicou o elevador.

No alto da porta da sala, ocupando toda a parte late-

ral do terceiro andar e terminando numa grande janela de vidro, aberta para uma varanda ampla com vista para a cidade, uma placa de metal: Diógenes André Mattos da Silveira – Delegado de Polícia.

Bati, esperei um pouco, bati de novo e entrei. Atrás de uma mesa enorme, com tampo de vidro, estava um homem de mais ou menos um metro e noventa, jovem, escanhado, alinhado, perfumado, vestido com camisa social e gravata.

Fez um sinal com uma caneta, indicando a cadeira, enquanto falava ao telefone.

Terminada a ligação, o par de olhos se apertou para me medir. Notei a decepção estampar a cara dele. Talvez fosse só o efeito do contraste do seu físico atlético com a minha magreza. Tentou disfarçar.

– Muito prazer, agente Félix. Ou devo chamá-lo de investigador Félix? Inspetor Oliveira? Como prefere? Ouvi falar muito do senhor.

Não me estendeu a mão. Ficou segurando a caneta, admirando meu embaraço, escorado num ar de superioridade. Ele ocupava agora a função do meu antigo chefe, o delegado Antônio Sílvio, aposentado durante a minha ausência.

Por conta de um desmembramento recente, a delegacia de Leopoldina passou a ser uma das Regionais. O Silveira, apesar da pose, como delegado de Cataguases, está subordinado a um apadrinhado do Antônio Sílvio, que, pelo jeito, continua a exercer influência política na Secretaria de Segurança Pública.

Desfez-se de parte da empáfia, baixou a caneta sobre um estojo dourado, ajeitou o corpanzil na cadeira:

– Fui contra o seu retorno. – O tom era bem diferente do que ele acabara de usar ao telefone. – Não aprovei, não aprovei mesmo – completou, fazendo um gesto com o canto da boca.

Fiquei sem saber se devia falar alguma coisa. Não tive nem tempo para decidir, pois ele saiu a completar a posição:

– Você deve agradecer ao doutor Luís Fernando e ao seu antigo chefe. O empenho foi deles. Estou com uma equipe nova, agente Félix, muito operacional, gente preparada, motivada, todos formados em curso superior, um time bem entrosadinho, sabe, jogando redondo.

Não, eu não sabia. Estava prestes a completar 54 anos, nunca tinha frequentado nenhuma faculdade. Sempre gostei de ler. Compro livros, tenho até uma biblioteca pequena em casa. Gosto de música e de filme. E se ainda conta, passei pelo menos vinte e cinco anos da minha vida revirando o lixo que muita gente trabalha duro para deixar escondido debaixo de tapetes macios e felpudos como aqueles espalhados por toda a sala dele.

Quando entrei para a Academia da Polícia, diploma universitário era um requinte permitido a apenas alguns poucos. Os aspirantes a policiais eram, no geral, gente muito simples, recrutada entre as camadas mais baixas da sociedade econômica. Gente com gana de subir na vida, trabalhando em um emprego estável, com remuneração razoável e algumas vantagens para compensar as cenas de crime, os riscos de em algum momento ser todo cravejado de balas, os cadáveres apodrecendo, as dissimulações de suspeitos, a convivência com a nata da escória, as chatices da burocracia e a arrogância dos su-

periores. As seleções exigiam, quando muito, formação secundária até mesmo para o desempenho de alguma função técnica mais específica. O sujeito tinha que possuir disposição, caráter, intuição apurada, alguma inteligência e muita perspicácia. Todo o restante, quem ensinava era a prática, crime após crime, suspeito após suspeito, investigação após investigação, prisão após prisão. Nenhum caso igual ao outro. A ciência ajudando com as provas, a tecnologia com as perícias, a teoria com os estudos dos comportamentos, mas o grosso da coisa era revirar sujeira e mais sujeira, nas ruas, nas casas, nos antros, nas famílias, o que ainda não é raro. Ficamos conhecidos de párias, rufiões, traficantes, falsários, proxenetas, informantes ambíguos, estelionatários, filhos da puta refinados, malandros engravatados, pés de chinelo metidos a espertos, meliantes de terno, gatunos sofisticados protegidos por advogados venais, prontos a se dobrar sob a sedução do dinheiro. Reconhecemos, de longe, os mentirosos contumazes, os viciados em perna-das, os inclinados a viver permanentemente sob a tutela do Estado, em presídios, em cadeias sujas, em celas minúsculas, com privilégios a depender dos rendimentos. Era assim. Os superiores, inclusive, olhavam atravessado para os diplomados, imaginando não poder contar com eles quando a rua exigisse mais do que os bancos acadêmicos podem fornecer. O Antônio Sílvio repetia com alguma frequência: “Sim, agora que a polícia vai virar um reduto de bacharéis, podiam nos honrar com o mesmo capim digno deles”. E completava, fazendo um gestual todo caricato: “No uso das atribuições que me confere a lei, madame, comunico que Vossa Senhoria

está sendo detida pelo crime de furto, previsto no Artigo 155 do Código Penal, estando, por suposto, sujeita a penas que variam entre a celebridade dos jornais e uma brilhante carreira na política”. Um dos agentes, formado em letras, ficava ofendido com as constantes tiradas de sarro do chefe. De tanto sofrer com as gozações na delegacia, produziu um relatório todo num português de Rui Barbosa, ilegível para os outros agentes e, claro, também para o delegado. O Antônio Sílvio, como vingança, deu a ele um caso para investigar, uma disputa de terras que terminou num fratricídio. E, em tom de aposta: “Se você conseguir se comunicar com o acusado, eu mesmo vou recomendar sua promoção”. O acusado era um senhor de mais ou menos 70 anos, matuto, para quem a foice era semelhante a uma tábua das leis. Nós acompanhamos o desfecho do caso com interesse muito grande no desempenho do colega. Perdi um dinheiro na aposta, porque o homem deu por encerrada a disputa das terras, se enforcou numa figueira e deixou para o sobrinho, o filho do homem que ele próprio assassinara a golpes de foice, o objeto da cobiça de ambos. “Vá entender a natureza humana”, teria concluído o nosso colega bacharel.

A natureza humana, doutor Silveira, é um emaranhado de fios que juntos tecem um pano bonito, o pano das aparências. Quanto mais bem entrelaçados os fios, mais firme o pano, mais sólida a aparência. Porém, se um único fio se solta, compromete a firmeza toda. E o desenho do pano, que tinha a cara bonita, fica reduzido a um novelo de fios soltos, embolados e que não ligam senão o nada a coisa nenhuma.

Eu devia ter dito isso a ele, ter enfiado essas palavras no meio daquelas sobancelhas muito bem aparadas e do seu botox, que não o deixa franzir a testa enquanto fala.

– Escuta, Félix, não vai pensar que eu tenho alguma coisa pessoal contra você. Não tenho mesmo. É que, você sabe, tanto tempo afastado, tudo que aconteceu com você... Veja bem, você deve ter reparado como as coisas mudaram por aqui... Não posso, não posso simplesmente ignorar o seu problema e reintegrar você ao trabalho assim, do nada.

Pensei em refutar somente o “do nada”, lembrando a ele que talvez eu tivesse mais tempo naquela porcaria de trabalho do que ele tem de existência, mas a situação, com certeza, tomaria contornos desfavoráveis exclusivamente para mim.

Ele inclinou o corpo, abriu uma das gavetas da sua mesa, retirou uma pasta de papelão, encardida, coberta de pontinhos de oxidação, e fez ela correr na minha direção.

– Leia. Depois conversamos.

Apanhei a pasta e saí sem cumprimentá-lo.

Um homem pode se encontrar, mais cedo do que supõe, afundado num poço. A lama acumula no fundo e ele pensa que nunca mais vai sair dali. Porque essa lama começa a fazer parte dele. Até que, uma hora, ele percebe que ela já furtou a sua alma. Alma e lama. As mesmas letras. E isso não deve ser só uma coincidência.

4 de janeiro – sábado, antes do almoço

Antes da licença, eu dividia uma sala minúscula com outro investigador, o Éverton Marques, um sujeito culto, formado em filosofia. Um dos poucos bacharéis da confiança do Antônio Sílvio.

Como o andar foi todo reformado, não preservaram nenhum aspecto do que fora a nossa antiga sala. Nem mesmo o famoso ventilador de teto, que mais parecia um helicóptero pousando. Nos dias ainda mais quentes, no insuportável calor de Cataguases, as hélices paravam, sem nenhum aviso prévio. Era preciso dar uns tapas na base para que ele voltasse a funcionar. O Éverton pertencia ao Sindicato dos Policiais Civis, uma entidade mal-afamada entre os agentes mais jovens. Nunca fui capaz de compreender bem o orgulho de alguns agentes em reservar críticas tão pesadas ao Sindicato. Chegavam a falar de privatização total das polícias, de Estado mínimo, enquanto destilavam uma noção muito confusa da função pública. O ventilador parecia dar a eles um pretexto para as pregações de teorias e acabou se tornando objeto de pendenga, dividindo sindicalizados e não sindicalizados. Depois de umas quatro ou cinco tentativas de modificar o quadro das nossas condições de trabalho, meu colega de sala redigiu um memorando, alegando que o ventilador ameaçava nossa integridade física, mais até do que o trabalho na rua. Bastou enviar à chefia para aparecerem dois brutamontes de uniforme, portando caixas de ferramentas, fazendo reparos